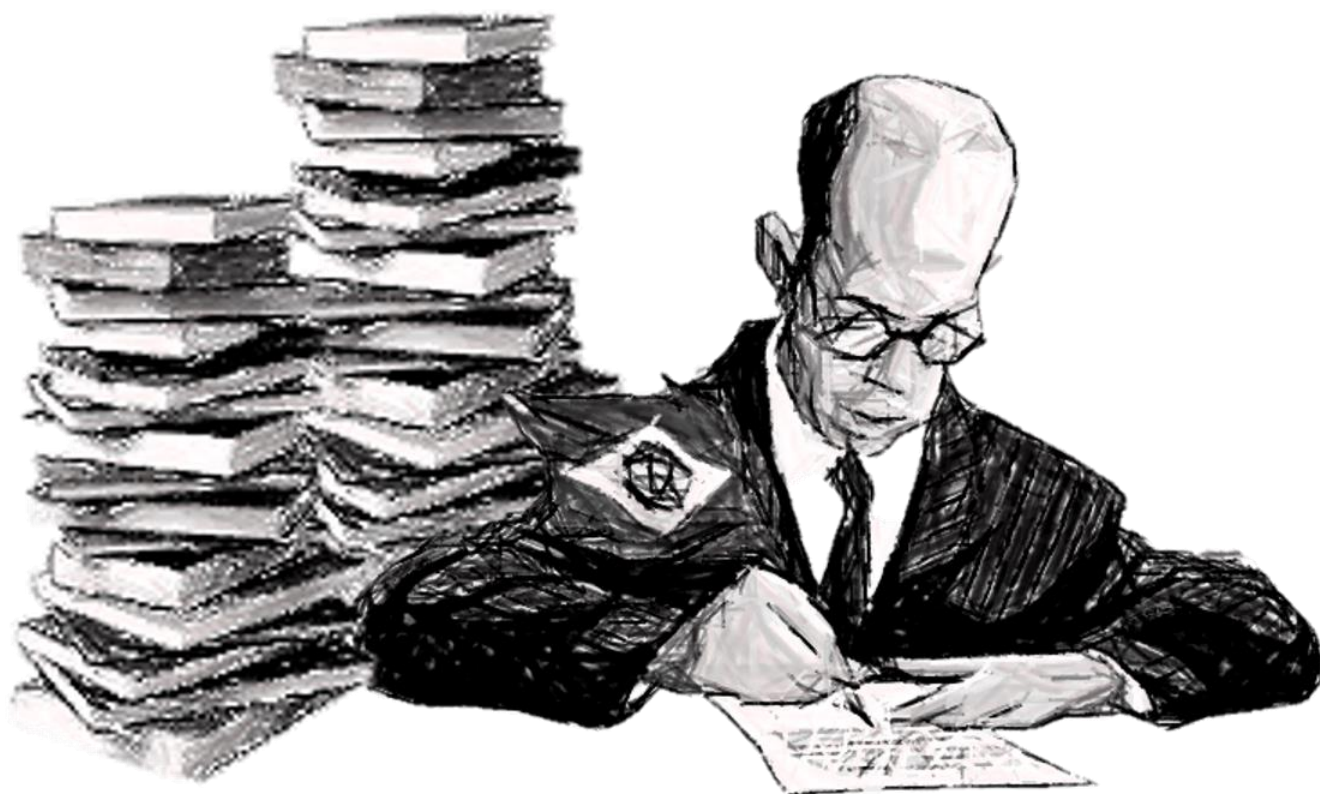


DOSSIÊ
INTELECTUAIS E ESTADO BRASILEIRO



Inconstância, ausência e paradoxo na política para o livro no Estado Novo português

Nuno Medeiros*

Resumo

Neste artigo procura-se entender a dúplice forma como o Estado Novo em Portugal lidou com o livro como objeto de ação política. As tentativas de enquadrar o livro como alvo de promoção no sentido de um apoio efetivo e da adoção de medidas corretivas das disfunções do mercado, próprias de uma matriz contemporânea e aberta de sistemas políticos e sociais desenvolvidos, nunca terão verdadeiramente existido durante o período autocrático. Com efeito, desde o seu começo até meados da década de 1950 o regime hesitou entre fórmulas – isoladas – de suporte à edição e à leitura, que não pôde ou não quis consolidar, e opções tendentes a conseguir arregimentar agentes do livro (sobretudo editores e autores) à nunca concretizada literatura oficial do Estado Novo, e que obedecesse aos seus pressupostos. O caminho trilhado parece ter sido, a partir de um dado momento, essencialmente o da repressão ao livro, pautando o poder a sua atuação pela ausência de propostas de fomento do mercado editorial e livreiro como as que se verificaram noutros contextos nacionais, inclusive ditatoriais.

Palavras-chave: Estado Novo. Portugal. Política do livro. Edição. Livraria.

* Doutorando em Sociologia Histórica da Cultura na Universidade Nova de Lisboa (UNL) e professor Adjunto do Instituto Politécnico de Lisboa.

Abstract

This explores paper the twofold ways in which the Estado Novo (New State) in Portugal dealt with the book as an object of policy making. During the authoritarian regime, there were not really serious attempts to promote the book industry, effectively supporting it, and taking on corrective measures towards market-dysfunctions, features of open and contemporary frameworks related to developed political and social systems. In fact, from the beginning up to the mid 1950s the regime was quite indecisive between – isolated – formulas it should use to support the publishing industry and advance reading habits that it was not able or willing to strengthen, and choices of co-opting people of the book world (especially publishers and authors) to the unfulfilled Estado Novo official literature, following its premises. From a given point in time onwards, however, the path taken was essentially that of book repression, with a punitive vein as the sole way of deeming the publishing and bookselling markets, unlike other national realities, including some of autocracy ruling.

Keywords: Estado Novo (New State). Portugal. Book policy. Publishing. Bookselling.

Durante a vigência do Estado Novo português,¹ o universo da edição de livros em Portugal desenvolveu-se num contexto de elevados constrangimentos e limitações, tendo apenas no final do período ditatorial logrado alguma aproximação aos processos e modalidades que eram já realidade noutros contextos nacionais do livro. Nesse quase meio século, os editores, livreiros e restantes agentes do meio cultural ligado ao livro e à sua produção e circulação, viram-se a braços com um conjunto das características cuja persistência só muito tarde começou a dissipar-se, sobretudo depois da instauração do regime democrático. Com efeito, o universo editorial e livreiro português debateu-se até muito tarde com uma reduzida dimensão do mercado, em larga medida suscitada pela extensão de analfabetismo a amplas camadas populacionais e pelo predomínio em vastos sectores da oralidade como veículo em detrimento da cultura escrita e sedimentada em

¹ Por razões de economia de discurso, o Estado Novo será aqui identificado como o regime político que surgiu com a derrubada da I República, em 28 de maio de 1926, e que terminou com a revolução dos cravos, em 25 de abril de 1974, compreendendo três períodos: Ditadura Militar (1926-1933), Estado Novo propriamente dito ou Salazarismo (1933-1968), e Marcelismo (1968-1974), denominação com origem em Marcelo Caetano, o chefe de governo do regime ditatorial depois de António Oliveira Salazar. Para uma introdução ao Estado Novo português, de entre uma multiplicação bibliográfica crescente, vejam-se *O Estado Novo, das origens ao fim da autarcia, 1929-1959* (v. 1 e 2). Lisboa: Fragmentos, 1987; ROSAS, Fernando (coord.). *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)* (v. XII). In: SERRÃO, Joel; MARQUES, António Henrique de Oliveira (dirs.). *Nova História de Portugal*. Lisboa: Presença, 1992; _____ (coord.). *O Estado Novo* (v. 7). In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1994; _____. *O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo*. *Análise Social*, Lisboa, v. XXXV, n. 157, p. 1031-1054, 2001; PINTO, António Costa. *Salazar's dictatorship and European fascism: problems of interpretation*. Boulder: Social Science Monographs, 1995; TORRALBA, Luís Reis. *Estados novos, Estado Novo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009; e DOMINGOS Nuno; PEREIRA, Victor (dirs.). *O Estado Novo em questão*. Lisboa: Edições 70, 2010.

hábitos efetivos de leitura, poder de compra real e possibilidade de encontro com o livro.² Num país imensamente rural e com baixa escolaridade, os compradores de livros acabavam por ser maioritariamente constituídos por uma população urbana com alguma diferenciação, necessariamente estreita, sobretudo até aos anos 1960. Para os que compram ou podem comprar livros, a oferta de espaços específicos para o fazerem, designadamente livrarias, quando existe é esparsa e geograficamente descontínua, encontrando-se concentrada na cidade de Lisboa, numa macrocefalia apenas acompanhada por polos livreiros significativos nas cidades do Porto, Coimbra e Braga, os outros três núcleos históricos de produção e circulação tipográfica.

Por outro lado, o regime político instaurado em 1926 pela revolução militar e institucionalizado em 1933 com a constitucionalização autocrática do Estado Novo tendeu a encarar o livro, não tanto como instrumento de hegemonização cultural e disseminação ideológica (embora o tenha tentado, sem grande sucesso nem plano consequente, como se irá perceber), mas essencialmente a partir de um *logos* repressivo, desenvolvendo dispositivos de controle³ e vigilância normativa que passavam pela instituição da censura *a posteriori* (exceto para os livros de temática infantil e, apenas *de jure*, para os de temática social e económico-política), pela existência de polícia política e de encarceramento sem culpa formada por delito de opinião, de onde a tortura e o abuso físico e psicológico não estiveram ausentes, e por toda uma panóplia legislativa e procedimental de perseguição e dissuasão na qual intervinham ativamente outros atores institucionais como os correios, os serviços de alfândega ou a rede de informadores e delatores individuais ou coletivos.

Com forte ligação à – e causalidade na – estreiteza do mercado português, insuficientemente mitigada pela exportação para os espaços coloniais e para o Brasil (que

² Sobre o analfabetismo persistente em Portugal e sobre a educação durante o Estado Novo, dentre a profusa bibliografia sobre o tema, vejam-se MÓNICA, Maria Filomena. *Educação e sociedade no Portugal de Salazar: a escola primária salazarista, 1926-1939*. Lisboa: Presença, 1978; NÓVOA, António. A “Educação Nacional”. In: ROSAS (coord.), op. cit., 1992; SILVA, Francisco Ribeiro da. História da alfabetização em Portugal. In: BERRIO, Ruiz; NÓVOA, António (orgs.). *A História da educação em Espanha e Portugal*. s.l.: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 1993; RAMOS, Rui. “O chamado problema do analfabetismo”: as políticas de escolarização e a persistência do analfabetismo em Portugal (séculos XIX e XX). *Ler História*, Lisboa, n. 35, p. 45-70, 1998; e CANDEIAS, António. Processos de construção da alfabetização e da escolaridade: o caso português. In: STOER, Stephen; CORTESÃO, Luiza; CORREIA, José (orgs.). *Transnacionalização da educação: da crise da educação à “educação” da crise*. Porto: Afrontamento, 2001.

³ Sobre a ideia de controlo da edição, sobretudo num contexto de repressão ditatorial, no caso o nazismo, veja-se KIEFER, Alexander. Government control of publishing in Germany. *Political Science Quarterly*, Nova Iorque, v. 57, n. 1, p. 72-97, mar. 1942.

se vai autonomizando progressivamente da sua dependência histórica dos editores e livreiros de Portugal com o crescimento e desenvolvimento que se verifica ao longo da primeira metade do século XX na sua própria capacidade produtiva do livro),⁴ a diminuta dimensão das editoras e livrarias portuguesas é uma marca do sistema produtivo e de comércio do livro em Portugal durante todo este período, associando-se a uma série de traços que caracterizam muitas destas organizações: uma baixa racionalização e segmentação de processos, uma personalização da gestão e um carácter eminentemente familiar da propriedade das empresas, uma ausência de internacionalização (excetuados casos isolados e verdadeiramente raros). Assim, só

no termo do regime, já no começo dos anos setenta, se esboça o desenho de uma nova fase da vida editorial portuguesa, ocorrendo o aparecimento de novas formas de estruturação social e comercial da edição, destacando-se o surgimento de projectos editoriais de ruptura estética e ideológica, bem como a entrada de capitais e editoras estrangeiras no panorama nacional, dando origem a novos modos de relação com o leitor.⁵

Um outro dado que merece ocupar um lugar numa análise do setor do livro durante o regime ditatorial prende-se com a recusa, nalguns casos ambivalência, de amplas camadas de editores e livreiros em serem cooptados ou arregimentados pelos interesses e práticas do poder, apesar das ligações comerciais ao Estado, com o fornecimento de livros a instituições públicas e com a participação em concursos de adjudicação promovidos por ministérios, sobretudo o da Educação Nacional. Se é verdade que se registam relações próximas entre alguns editores e elementos da governação ou, pelo menos, comunhão de pensamento, a larga maioria dos agentes do universo do livro em Portugal mantiveram uma prudente distância, senão mesmo uma resistência, no que concerne aos desígnios do salazarismo, cujos pressupostos de atuação eram vistos como anti-culturais pelo prisma editorial. Na complexa fórmula em que se caldeiam os interesses e as motivações dos agentes do livro, sobretudo editores, face ao contexto social, económico e político que os envolvia, evidencia-se no discurso e na *praxis* de muitos dos representantes da indústria editorial e livreira um reforço do que se pode denominar de matriz vocacional. Este

⁴ MEDEIROS, Nuno. Influência e contrainfluência na inversão do poder tipográfico entre Portugal e o Brasil. Narrativa e atividade nos editores portugueses. *História (São Paulo)*, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 179-195, 2011. Veja-se ainda HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. 3.ed. São Paulo: Ed.USP, 2012.

⁵ MEDEIROS, Nuno. Edição de livros e Estado Novo: apostolado cultural, autonomia e autoritarismo. In: DOMINGOS; PEREIRA (dirs.), op. cit., 2010, p. 133.

sentimento de vocação erigiu a atividade de não poucos editores e livreiros como ato doutrinariamente fundado num sentimento moral de classe.

Este sentimento moral de classe traduz o que para muitos editores correspondia a uma espécie de apostolado, pelo menos do ponto de vista do discurso. É bom sublinhar que um número elevado de editores e livreiros optava por um distanciamento não confrontacional com o Estado Novo, optando por um posicionamento não alinhado com o autoritarismo nem com a oposição declarada a este. Esta espécie de *ethos* de apostolado sustentava-se num conjunto de aspectos. Antes de mais, fundava-se na ideia de que os agentes dos livros zelavam pela construção intelectual do país, impondo ao debate cultura e comércio um pendor sobretudo prescritivo e mediador com maior inclinação retórica – mas não apenas retórica – para a componente cultura. Sustentava-se ainda na perpetuação no seio do sector editorial da ideia estratégica ou da crença profunda num estatuto de missão inerente ao ato de editar, convicção que prolongava o mito coletivo da pertença a um clube de cavalheiros. Finalmente, a ideia de apostolado visível no discurso de muitos e na prática de bastantes agentes do livro durante a ditadura alicerçava-se na necessidade de consolidação da ideia do editor como sobrevivente à adversidade, o que, não sendo mentira, sublinhava a auto percepção dos atores da edição como agentes culturais. Este sentido de si, nuns casos mais consciente, noutros menos, noutros ainda inexistente, reforça num número não despreciando de editores o sentimento paradoxal de autonomia face ao regime opressivo, por um lado, e de abandono pelos poderes públicos, por outro.

Por seu turno, o Estado Novo nunca pareceu demonstrar efetiva capacidade ou vontade de responder aos problemas do livro fora de uma lógica repressiva. Por exemplo, durante todo o período autoritário, o “governo não encomendou quaisquer estudos extensivos sobre o comércio do livro português, demonstrando que as autoridades portuguesas estavam menos preocupadas com o sector do livro do que com o seu uso para razões políticas”.⁶ Efetivamente, a relação da ação governativa, enquanto ação pública, com o livro afere-se em boa medida pela sua ausência e pela sua inconsistência. Há uma atividade editorial do Estado, sinalizada e sinalizável nas publicações de ministérios e de outros organismos do governo. O que não se vislumbra na intervenção do poder no que tange ao domínio do livro e, em geral, da cultura letrada, é a emergência de uma visão de

⁶ RENDEIRO, Margarida. *The literary institution in Portugal since the thirties: an analysis under special consideration of the publishing market*. Berna: Peter Lang, 2010, p. 94.

conjunto enquadrada institucionalmente e centrada no livro, na leitura e na edição, tomados como objetos de ação política no sentido da sua promoção. O mais próximo que houve de uma intervenção não dispersa a nível público partiu do Ministério da Educação Nacional, no contexto da efémera (1952 a 1956) Campanha Nacional de Educação de Adultos e do Plano de Educação Popular.

A ação governativa e o campo oficial da edição no Estado Novo português: os exemplos do SPN/SNI e da JCCP

Não é um exercício de grande temeridade afirmar-se que durante todo o período ditatorial não se verificou propriamente a afirmação do poder na esfera do livro que decorresse de uma atividade determinada e consistente, capaz de trazer algum dinamismo ao sector da edição – nas próprias estruturas do Estado ou no mercado mais amplo. Até ao fim do regime, e em termos da assunção de uma filosofia de ação que apontasse ao desenvolvimento da indústria do livro, e não à sua asfixia, o Estado Novo manteve uma “relação passiva”⁷ com o mercado da edição. Em termos gerais, é possível concluir que, ainda “em meados dos anos quarenta, o regime não tinha minimamente conseguido realizar uma política editorial concordante com os valores que o informavam e as competências da maioria dos cidadãos. Neste particular, viverá permanentemente insatisfeito”.⁸

Globalmente, a relação do governo autoritário e dos seus agentes com a cultura impressa, e especialmente com o livro, terá sido caracterizada pela intermitência e pela tomada isolada e assistemática de medidas. Um dos seus maiores falhanços, na perspectiva da eficácia que o próprio regime gostaria de ter tido relativamente ao sector do livro, consistiu em nunca ter logrado de modo generalizado a solidariedade e o apoio dos agentes editoriais na prossecução de alguns projetos. Os objetivos do Estado Novo no relacionamento que poderia estabelecer com editores reportavam-se obviamente, e antes de mais, à adoção pelos editores de um projeto de publicação em que estes dessem à estampa e comercializassem uma literatura tributária com o receituário salazarista ou compatível com este, e que fizesse a apologia quase exclusiva dos clássicos e de obras

⁷ RAMOS DO Ó, Jorge. Salazarismo e cultura. In: ROSAS (coord.), op. cit., 1992, p. 418.

⁸ _____. *Os anos de Ferro: o dispositivo cultural durante a “Política do Espírito”, 1933-1949*. Lisboa: Estampa, 1999, p. 138.

novas ou antigas que exortassem os valores considerados tradicionais e inerentes ao povo português e que promovessem o nacionalismo corporativo como desígnio nacional.

No consulado de António Oliveira Salazar nem todos os editores foram refratários às intenções do regime. Muitos pautaram-se por uma neutralidade estratégica, orientando o seu comportamento por um semi-distanciamento capaz de aproximações não comprometedoras (visíveis, por exemplo, no fornecimento de livros a órgãos do Estado, que os podiam encomendar para recheio das suas bibliotecas). Outros editores houveram que nunca terão deixado de manifestar uma aproximação clara ou mesmo uma comunhão com os princípios que nortearam o salazarismo, embora se tratasse de um número relativamente escasso. Mesmo contando com os setores mais neutros do mundo do livro, parece, no entanto, claro que a maior parte das casas que editaram livros não terá sido seduzida pelos – poucos – projetos públicos de apoio ou dinamização da edição. O universo do livro em Portugal durante o Estado Novo acabou por nortear a sua prática face ao regime por uma atitude de alguma indiferença e ausência de colaboração em iniciativas laudatórias. Em alguns casos, os editores e os livreiros acabaram mesmo por optar por comportamentos de desafio ou resistência aos intentos da ditadura, publicando e vendendo reiteradamente autores e títulos reconhecidamente avessos à natureza e aos interesses da oligarquia dominante.

Nesta medida, múltiplas iniciativas levadas a cabo ou projetadas institucionalmente pelas estruturas do poder ao longo da ditadura não conseguiram congregar os editores para participarem nessas iniciativas ou, no caso dos livreiros, para as apoiarem através da sua divulgação. Assim parece ter acontecido, por exemplo, com as Bibliotecas Ambulantes de Cultura Popular, com a instituição de prémios literários que consagrassem uma literatura do regime ou com o projeto de uma coleção especialmente criada para as designadas Casas do Povo. Trata-se de três casos que ilustram um fracasso quer na edificação e disseminação de um fundo editorial oficial urdido e impresso pelo Estado, quer na mobilização dos livreiros e editores para se alinharem com essas iniciativas.

No contexto de um projeto de aglutinação orgânica da ação de glorificação das virtudes do Estado Novo, a atuação dos serviços de propaganda do Estado Novo, nomeadamente o Secretariado da Propaganda Nacional (SPN), posteriormente

renomeado Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI),⁹ manifesta, sob a liderança do seu primeiro diretor, António Ferro, um dinamismo que não se repetirá na relação do poder autoritário com o livro, a leitura e a edição, se for excluída a Campanha Nacional de Educação de Adultos e o Plano de Educação Popular, projetos concretizados no quadro do Ministério da Educação Nacional. O SPN foi criado em 1933 para, em “complemento da indiscutível obra de ressurgimento já realizada, integrar os portugueses no pensamento moral que deve dirigir a Nação”,¹⁰ ficando a novel instituição na dependência direta da Presidência do Conselho (de Ministros), ou seja, na dependência direta de Salazar.¹¹ Propunha-se materializar uma política do espírito, expressão cunhada pelo próprio Ferro, admirador confesso de Sidónio Pais e do fascismo italiano de Marinetti, possuidor de fortes ligações ao modernismo e ao futurismo e que procurou dotar o salazarismo “de um ‘projecto cultural’, combinando habilmente recursos estéticos modernos com um programa nacionalista de ‘reinvenção da tradição’, que excedeu largamente as necessidades de propaganda interna e externa”¹² do regime. O período áureo do SPN terá sido entre o ano da sua fundação e o ápice da Exposição do Mundo Português, decorrida em 1940. Em 1944, o organismo é rebatizado SNI, permanecendo dirigido por António Ferro até 1950.

O aparelho propagandístico do salazarismo suportou a sua atividade baseado numa visão de proselitismo orgânico e exaltação do Estado Novo, procurando sobretudo atrair para as suas fileiras de apoiantes as figuras ligadas à cultura literária. Assim, foi apenas nessa medida que foi considerado pelo SPN/SNI o estatuto intelectual do trabalho ligado ao livro. O apelo feito pelo organismo dirigido por Ferro no âmbito do livro

⁹ A mudança de nome foi consequência da correlação de forças da ordem internacional saída da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), correspondendo a uma supressão onomástica de qualquer referência a objetivos institucionais de propaganda, palavra que passou a ser largamente associada aos regimes derrubados com a vitória dos Aliados.

¹⁰ Preâmbulo do Decreto-Lei n. 23054, de 25 de setembro de 1933, *Diário do Governo*, p. 1675. Na alínea b) do artigo 4.º, determina-se que uma das competências do SPN é “[f]omentar a edição de publicações que se destinem a fazer conhecer a actividade do Estado e da Nação Portuguesa”.

¹¹ Para uma introdução ao SPN/SNI, veja-se PAULO, Heloísa. *Estado Novo e propaganda em Portugal e no Brasil*. O SPN/SNI e o DIP. Minerva: Coimbra, 1994.

¹² PINTO, António Costa. Secretariado da Propaganda Nacional/Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo (SPN/SNI). In: BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (coord.). *Dicionário de história de Portugal* (v. IX). Lisboa e Porto: Figueirinhas, 2000, p. 408. Sobre a perspectiva do próprio António Ferro para o organismo que tutelou, e para a avaliação que fez da sua atividade, vejam-se FERRO, António. *A Política do espírito e os prémios literários do S.P.N.* Discurso pronunciado em 21.02.1935. Lisboa: SPN, 1935; _____. *Dez anos de Política do espírito, 1933-1943*. Lisboa: SPN, 1943; e _____. *Política do espírito: apontamentos para uma exposição*. Lisboa: SNI, 1948.

buscava fundamentalmente um apoio à criação, que era afinal cooptação, instituindo prémios literários e temáticos específicos e garantindo a publicação das obras vencedoras como incentivo, praticamente nada inovando, fazendo ou dizendo acerca de legislação relativa ao direito autoral e ao direito editorial. No atinente à edição, a grande preocupação do SPN/SNI é, antes de mais, uma divulgação ideológica a uma promoção doutrinária. Estes dois desideratos manifestam-se em três coleções que o organismo foi ele próprio editando na primeira metade dos anos 1940: *O pensamento de Salazar*, *Documentos políticos* e *Cadernos da revolução nacional*, iniciando-se as duas primeiras na década de 1930, mais precisamente 1934, e publicando-se a última entre 1943 e 1947.¹³ É nesta linha puramente política e que procurava uma configuração editorial da ideologia central da ditadura que surgem mais tarde, ainda nos anos 1940 mas já sob alçada do SNI, os *Cadernos do ressurgimento nacional*, e nos anos 1950 a *Colecção defesa do Ocidente*. Não é aliás, por acaso, que o aparecimento do *Decálogo do Estado Novo*, publicado em 1934 e rapidamente traduzido, marca a estreia oficial na edição com a cartilha magna do salazarismo.¹⁴

Em larga medida um émulo das instituições europeias homólogas, o SPN/SNI encarrega-se da consagração dos feitos do governo, integrando-se as atividades culturais informadas propagandisticamente num modelo de defesa e exaltação da “alma portuguesa”. Esta tarefa supunha a defesa de um ideal de lusitanidade, erigido a partir do que era considerado e tomado como cultura popular, sempre em sintonia com os princípios cruciais de ordem, homogeneidade étnica e obediência à nação portuguesa, princípios assimilados à própria figura de Salazar, proposto como elemento tutelar e patriarcal do bom povo governado pelo Estado Novo. Entronca nesta matriz de ação a edição da coleção *Pátria*, que tem o seu primeiro volume saído em 1936 e é publicada precisamente durante dez anos, dela constando 43 títulos, todos da autoria de Virgínia de Castro e Almeida,¹⁵ manifestando um tom explícita e enfaticamente nacionalista sobre a história de Portugal e sobre o sentimento de portugalidade, sobressaindo o princípio da

¹³ SECRETARIADO NACIONAL DA INFORMAÇÃO, CULTURA POPULAR E TURISMO, *Catálogo geral das Edições SNI, 1933-1948*. Lisboa: SNI, 1948.

¹⁴ Idem, p. 6.

¹⁵ Para uma introdução à coleção *Pátria*, veja-se RIBEIRO, António Manuel. Ficção histórica infanto-juvenil no Estado Novo. Colecção “Pátria” de Virgínia de Castro e Almeida (1936-1946). *Revista de História das Ideias*, Coimbra, v. 16, p. 161-192, 1994.

autoridade e o providencialismo como dois dos atributos mais reiterados.¹⁶ É ainda sob a alçada do SPN que sai em 1943 a coleção *Grandes portuguesas*,¹⁷ pontificando como autores J. Estêvão Pinto, Teresa Leitão de Barros e novamente a profusa Virgínia de Castro e Almeida. Teresa Leitão de Barros foi depois responsável pela coleção *Grandes portuguesas*, surgida em 1949.¹⁸

É já sob a égide do SNI, em 1945, que o Estado Novo avança com uma medida de maior fôlego no plano de uma proposta de oferta literária: as Bibliotecas Ambulantes de Cultura Popular. Apresentando um catálogo que ultrapassava os trezentos títulos, pretende-se consubstanciar um conjunto bibliográfico de âmbito literário, educativo, prático e recreativo resultando de opções evocativas da visão histórica e nacionalista do regime, com claro predomínio também da temática agrária e obviamente impermeável a determinadas áreas e autores. As bibliotecas encontravam-se instaladas em carrinhas, aquilo que hoje também se designaria de utilitário comercial. Este modelo vai conhecer a sua máxima expressão em Portugal a partir de 1958, por intermédio de uma organização particular e que se virá a constituir como uma espécie de ministério da cultura paralelo, a Fundação Calouste Gulbenkian, que nesse ano pôs a circular as célebres bibliotecas itinerantes.¹⁹ Estas bibliotecas ambulantes percorrem uma série de municípios, assumindo

¹⁶ Confira-se SECRETARIADO NACIONAL DA INFORMAÇÃO, CULTURA POPULAR E TURISMO, op. cit., 1948, p. 11-14.

¹⁷ Sobre esta coleção, veja-se BALÇA, Ângela. Virgínia de Castro e Almeida e a coleção “Grandes Portugueses”: os livros para crianças como instrumentos doutrinários. *LIBEC Line – Revista em Literacia e Bem-Estar da Criança*, Braga, n. 2, p. 1-10, 2007. Disponível em: <<http://www.cerimonias.net/libecline/n2/1GrandesPort.pdf>>.

¹⁸ Registam-se inúmeros exemplos de atividade editorial por órgãos do Estado durante o Estado Novo, muitas vezes sem qualquer planificação nem consistência nos seus temas e na sua duração, correspondendo num bom número de ocasiões a atos isolados, no que não é uma exclusividade portuguesa (veja-se BIDOLLI, Pia. La storia dell’editoria nella documentazione dell’Archivio centrale dello Stato. In: TORTORELLI, Gianfranco (org.). *Fonti e studi di Storia dell’editoria*. s.l. [Bolonha]: Edizioni Baiesi, s.d. [1995]). Refiram-se ilustrativamente, pela ambição de uma produção editorial própria, os casos da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (com a coleção *Cultura e recreio*, iniciada em 1955, e a *Teatro do trabalhador*, começada em 1958, ambas descontinuadas a meio da década de 1960, com vinte e três volumes editados) e da Junta de Acção Social (com a coleção *Biblioteca social e corporativa*, que albergou várias séries até à queda do regime, sem nunca ter conseguido uma consolidação das mesmas). Para uma panorâmica da atividade editorial do sector público durante grande parte do Estado Novo veja-se *Actividade editorial do Estado*: catálogo da exposição. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1969.

¹⁹ Sobre as bibliotecas itinerantes da Fundação Calouste Gulbenkian, veja-se, por exemplo, Bibliotecas itinerantes! Um facho vivo de luz, percorrendo as estradas de Portugal. *Boletim Informativo*, Lisboa: Serviço de Bibliotecas Itinerantes da Fundação Calouste Gulbenkian, n. 2, p. 54-56, 1961; MELO, Daniel. *A leitura pública no Portugal contemporâneo (1926-1987)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2004; e SANTOS, Tiago. As bibliotecas itinerantes da Fundação Calouste Gulbenkian. In: CURTO, Diogo Ramada (dir.). *Estudos de sociologia da leitura em Portugal no século XX*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.

como desígnio facultar “ao bom povo das suas aldeias e vilas a leitura de livros simples e úteis que o interessem sem o fatigar, que lhes transmitam, sem quase dar por isso, certas noções essenciais”.²⁰ Estiveram cinco anos em atividade, até 1949, ao longo dos quais foram visitadas quase cem localidades e registados perto de vinte mil leitores,²¹ números diminutos quando comparados com iniciativas de natureza semelhante, como as mencionadas bibliotecas itinerantes da Fundação Calouste Gulbenkian.

Regressando ao trabalho editorial gizado a partir do SNI, a senda das publicações acabou por prosseguir com a edição de obras isoladas e de coleções de timbre popular, como os *Cadernos do povo*, editados em 1944 e 1945. São ainda criadas as Edições Panorama, o braço editorial do SNI, que publicam a coleção *Panorama* a partir de 1951, ano em que esta editora inaugura a coleção *Páginas portuguesas*, um prolongamento e atualização da coleção *Idearium – antologia do pensamento português*. Esta série foi publicada na segunda metade dos anos 1940, compondo-se de seletas e recolhas de pensadores canônicos. A atividade editorial e de biblioteca do SPN/SNI prescreve uma cultura moral assente nas virtudes do povo rústico, humilde e simples. É verdade que o decurso do tempo vai provocar alguma reelaboração destas fórmulas, mitigando-as, complexificando-as e distanciando-as – sobretudo a partir da transição para os anos 1960 – de uma certa simplicidade inicial. Mas a natureza da mensagem e a necessidade de legitimação dos cometimentos do regime não abandonam os seus pressupostos de doutrinação, crescentemente fora do eixo do livro, campo de atuação estatal progressivamente abandonado. E isto em grande parte porque a inflexibilidade revelada pelo salazarismo e o sectarismo da política cultural dos governantes impediram a formação durante o Estado Novo de grande relação ou sobreposição entre a extensa parte dos membros do universo literário e o regime, que,

sempre afastado dos centros da produção literária e dos sujeitos que os comandavam – aqui de facto o impedimento estrutural –, não congregou qualquer tipo de apoio expressivo, jamais encontrando uma equipa coesa de intelectuais capaz de organizar o *corpus* literário do nacionalismo”.²²

²⁰ António Ferro em discurso proferido na cidade do Porto, em 1 de março de 1945. No Porto foi inaugurada a delegação do S.N.I. *Diário de Notícias*, Lisboa, 2 de março, 1945, p. 2.

²¹ Mais exatamente 96 localidades e 18.662 leitores. Para um aprofundamento das bibliotecas ambulantes de cultura popular, vejam-se MELO, Daniel. *Salazarismo e cultura popular (1933-1958)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2001, especialmente as páginas 259-264; e _____, op. cit., 2004, especialmente as páginas 151-154.

²² RAMOS DO Ó, op. cit., 1999, p. 152.

Isto, apesar da cooptação e até integração de variados grupos de intelectuais em iniciativas do poder, participando – ou militando – ativamente em lógicas alinhadas com os interesses do Estado Novo, de que constituem exemplos o aliciamento pelas estruturas governativas de elementos interessados na estética e nas ideias modernistas ou a existência de diversas publicações congregadoras de intelectuais interessados em desenvolver pensamento sobre o povo a partir da sua folclorização.²³

Numa primeira fase, a ditadura salazarista não deixou, todavia, de procurar a colaboração da esfera intelectual e literária nos processos de consagração e ratificação das ambições do regime. As práticas e algumas tomadas de posição de variados membros do mundo da literatura e da intelectualidade, esclareça-se, acabavam por gozar de alguma latitude, apesar dos constrangimentos repressivos e dos esquemas instalados de perseguição política e punição que, para além da tortura, prisão política, deportação, censura e incorporação militar compulsiva (solução mais utilizada durante a guerra colonial), funcionaram com recurso a uma cultura de medo e de imposição de obediência através do terror – de que o despedimento coercivo e a proibição de reintegração em funções públicas, como o professorado, foram exemplos corriqueiros. Tomem-se como ilustração da latitude matizada que por vezes era dada a certos círculos pouco identificados com a ditadura as publicações da oposição, as quais (sobretudo, mas não apenas) ao longo dos anos 1930 foram alvo de relativa (apenas relativa) tolerância no pressuposto de que a sua publicação se circunscreveria ao reduto dos restritos círculos intelectuais dos cafés lisboetas, coimbrões ou portuenses,²⁴ bem como jornais como o *Expresso*, fundado em 1973 e lido por uma classe média crescente, que sofria menos com a censura do que os jornais desportivos.²⁵ O aparelho opressivo, incapaz de tudo abarcar, e não demonstrando vontade de sequer o tentar, seguro de que as massas rurais iletradas

²³ Sobre este último aspecto, vejam-se CASTELO-BRANCO, Salwa El-Shawan; BRANCO, Jorge Freitas (orgs.). *Vozes do povo: a folclorização em Portugal*. Oeiras: Celta, 2003; ALVES, Vera Marques. “A Poesia dos Simples”: arte popular e nação no Estado Novo. *Etnográfica*, Lisboa, v. 11, n. 1, p. 63-89, 2007; e _____. O povo do Estado Novo. In: NEVES, José (coord.). *Como se faz um povo*. Lisboa: Tinta-da-china, 2010.

²⁴ Pressuposto que é parcialmente abalado pela ascensão do neo-realismo nos anos 1940 e pela sua posição contra hegemônica no contexto da cosmovisão literária portuguesa (opondo-se à que seria defendida pela política do espírito de António Ferro). Veja-se TRINDADE, Luís. *O estranho caso do nacionalismo português: o salazarismo entre a literatura e a política*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008.

²⁵ Confira-se CARVALHO, Alberto Arons de. *A censura e as leis de imprensa*. Lisboa: Seara Nova, 1973, especialmente a página 65.

se quedariam alheias à literatura subversiva ou de oposição, preocupava-se essencialmente em controlar a circulação impressa nas camadas operárias.²⁶

António Ferro foi um dos mais hábeis agentes ao serviço do Estado Novo na busca de modos de sedução integradora do universo intelectual e literário nas políticas culturais do regime. Uma das vias prosseguidas, embora progressivamente abandonada, foi a dos prémios, um dispositivo de consagração e canonização que o diretor do SPN, depois SNI, mais tentou ritualizar como mecanismo de adesão. É no consulado de António Ferro que se institui a quase totalidade dos prémios consignados à obra escrita, entre 1934 e 1945: *Antero de Quental* (poesia), *Alexandre Herculano* (História de Portugal), *Eça de Queirós* (romance), *Fialho de Almeida* (conto ou novela), *Camões* (obra de literatura ou ciência editada no estrangeiro sobre Portugal), *Maria Amália Vaz de Carvalho* (literatura infantil), *Pêro Vaz de Caminha* (relações luso-brasileiras), *Anselmo Andrade* (doutrina política).²⁷ Com a criação de prémios literários e de ensaística, procurava-se evidentemente legitimar as mundividências do poder que propõe determinado prémio e arregimentar produtores culturais e de pensamento para a participação efetiva nessa legitimação.

A instituição de quase uma dezena de prémios nos domínios literário e ensaístico foi recebida com genérica indiferença e alheamento pelo espaço social a que apelava. De forma sintomática, a regularidade da atribuição dos prémios criados era claramente prejudicada pela ausência de candidatos ou pela manifesta falta de qualidade dos autores que concorriam. O prémio *Eça de Queirós* é atribuído oito vezes em vinte e seis anos de existência (1935-1960), paupérrimo resultado para um galardão dedicado ao romance, por excelência o género definidor de posições no campo da literatura. O prémio *Fialho de Almeida* é concedido igualmente somente em oito ocasiões em dezoito anos de vida (1936-1954). Os números para o prémio *Anselmo Andrade*, simbolicamente relevante pois situava-se no domínio doutrinário e político, são ainda mais modestos, com seis distribuições em catorze anos (1945-1958). As diligências de organização do campo das ideias e das letras segundo as balizas políticas do Estado Novo com base em instrumentos

²⁶ Veja-se CURTO, Diogo Ramada. Notas para uma sociologia da cultura, do livro e dos editores. In: MEDEIROS, Nuno. *Edição e editores: o mundo do livro em Portugal, 1940-1970*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010.

²⁷ Confira-se SECRETARIADO NACIONAL DA INFORMAÇÃO, CULTURA POPULAR E TURISMO. *Trinta e dois anos de Política do espírito: exposição dos prémios do SNI. Literatura, artes plásticas, música, teatro, cinema (1934-1966)*. Lisboa: SNI, 1966.

de reconhecimento simbólico como o prémio não logrou ultrapassar os sistemas de contra dominação e de autonomia do universo em que se procurava interferir, fracasso assumido por Ferro quando saiu do SNI, para quem autores e intelectuais “de orientação discutível mas de inegável talento [...] por desdenhosa atitude olímpica ou falsa posição ideológica, se revelaram, se impuseram sem nunca terem concorrido aos nossos prémios”.²⁸

No plano do que, com alguma latitude, se poderia considerar de política cultural mais vocacionada para as camadas rurais, largamente maioritárias na população portuguesa, o Estado Novo funcionou a partir de organismos como a Junta Central das Casas do Povo (JCCP), serviço estatal corporativo criado em 1945 e que no domínio do impresso tinha a incumbência de selecionar e expedir livros para as Casas do Povo, órgão que procurava a integração corporativa do mundo rural na arquitetura institucional e de regulação forçada almejada pelo Estado Novo.²⁹ Em meados dos anos 1940, a JCCP terá desejado recheiar a biblioteca de cada Casa do Povo com conjuntos bibliográficos que resultassem de coleções publicadas por um ou mais editores e que fossem compostas por obras que sancionassem e proclamassem o nacionalismo e o tradicionalismo vistos como adequados ao público rural. A iniciativa terá sido gorada pela falta de adesão do campo editorial. Uma década depois, o presumível distanciamento dos editores face às intenções de constituir um fundo ideologicamente vincado merecia dos dirigentes do órgão de tutela o seguinte lamento:

A maior dificuldade que há dez anos se apresentava, e que ainda hoje se apresenta, sem solução previsível, provém dos editores portugueses que não facultam ao mercado livreiro novas e populares edições das obras recomendáveis. Nenhum editor se resolveu a elaborar o plano de uma colecção de 100, 200 ou 300 volumes para as bibliotecas populares, uma colecção educativa de carácter tradicionalista e nacionalista, que seria certamente muito bem acolhida pelos serviços públicos, enquanto algumas empresas mais atrevidas viviam de publicar colecções suspeitas de vulgarização doutrinária, ou bibliotecas cosmopolitas. Não houve, pois, colaboração dos editores com as entidades oficiais encarregadas de promover a difusão de bibliotecas populares.³⁰

²⁸ FERRO, António. *Prémios literários (1934-1947)*. Lisboa: SNI, 1950, p. 140.

²⁹ Para uma introdução ao sistema corporativo que o Estado Novo tentou estabelecer em Portugal e para o lugar que as Casas do Povo ocuparam nesse sistema, veja-se LUCENA, Manuel de. *A evolução do sistema corporativo português* (v. I), *O Salazarismo*; e _____ (v. II), *O Marcelismo*. Lisboa: Perspectivas e Realidades, 1976.

³⁰ As bibliotecas das casas do povo e os seus recheios bibliográficos. *Mensário das Casas do Povo*, Lisboa, JCCP, n. 102, 1954, p. 14.

Em boa medida, é preciso não esquecer que o desiderato de constituição de acervos bibliográficos para constituição das bibliotecas de cada Casa do Povo, tomada como tarefa primordial da JCCP,³¹ se concretizava num processo progressivo através da aquisição de livros às livrarias e editoras a partir de uma seleção radicada nos parâmetros doutrinários do regime. No que concerne à liberdade de escolha dos responsáveis pela biblioteca de cada Casa do Povo, a tutela política da JCCP não deixa os seus créditos por mãos alheias. Em 1946, na sequência da distribuição por uma editora de um folheto por meio do qual era feita uma proposta de organização de bibliotecas para entidades coletivas da qual constava uma lista de títulos para aquisição, surge a reação administrativa na forma de um despacho de António Júlio de Castro Fernandes, o Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, datado de 15 de maio desse ano, e mandado publicar logo no primeiro número do boletim das Casas do Povo. Prevenindo veleidades excessivas na seleção dos livros a adquirir pelo responsável de cada Casa do Povo para a respectiva biblioteca, declara-se no despacho que

Não é possível dissociar a formação intelectual dos sócios das Casas do Povo dos objectivos destes organismos no campo da educação moral, cuja orientação se define com vista à preparação de caracteres fortes, de trabalhadores activos e de cidadãos inteiramente votados ao serviço da pátria [...]. Desviar-se-ão, portanto, da sua finalidade as Casas do Povo que, na constituição das suas bibliotecas, permitirem a inclusão de obras que contrariem aquela orientação, o que não poderá deixar de ser considerado como prejudicial aos interesses da ordem social que lhes incumbe defender e, portanto, susceptível de determinar a suspensão da sua actividade, ou mesmo a sua dissolução[.].³²

Observam-se ainda outros insucessos da JCCP no contexto da sua atividade de promoção do livro e da cultura impressa. A instituição procurou incentivar a participação de escritores em três concursos literários (romance, ensaio histórico sobre o sistema agrário e história literária do ruralismo), com edição das obras premiadas, numa espécie de proto-arregimentação do campo autoral aos seus propósitos de produção livresca dedicada à ruralidade e ao universo agrário. As três iniciativas não foram, pura e simplesmente, capazes de suscitar mobilização. “Com sucessivos adiamentos até ao ponto

³¹ Veja-se JUNTA CENTRAL DAS CASAS DO POVO. *Normas gerais de organização das Bibliotecas das Casas do Povo*. Lisboa: JCCP, 1947.

³² FERNANDES, António Júlio de Castro. Despacho. *Mensário das Casas do Povo*, Lisboa, JCCP, n. 1, 1946, p. 12.

culminante da suspensão, o seu contributo não terá chegado às duas dezenas de originais publicados”.³³

O fugaz Plano de Educação Popular e a ausência de um Instituto Nacional do Livro

A atuação governativa não se fez, porém, somente de insucessos ou de soluções que mesmo quando duradouras se revelaram fragmentárias ou de consistência global duvidosa. Houve um projeto que, tomando o livro, a edição e a leitura como núcleo integrado da sua razão de ser, parece ter fugido a esta lógica, propugnando uma política tributária de um desenvolvimento cultural protagonizado pelo Estado, não tendo constituído uma tentativa de sedução do campo autoral e editorial. Trata-se do Plano de Educação Popular (PEP), um plano de publicações dividido em mais de uma dezena de séries temáticas e lançado no quadro da Campanha Nacional de Educação de Adultos (CNEA), sob impulsão e entusiástico patrocínio de Henrique Veiga de Macedo, Subsecretário de Estado da Educação Nacional de 1949 a 1955. Criados pelos Decretos-Leis n.º 38.968 e 38.969, de 27 de outubro de 1952, a CNEA e o PEP correspondiam na sua ambição a todo um programa de desenvolvimento social:³⁴ aumento da escolaridade obrigatória, crescimento das taxas de frequência escolar nos níveis mais baixos de ensino, reorganização da assistência escolar e do apoio social prestado e criação de cursos de formação para de adultos. O PEP pretendia-se um plano compreensivo de

difusão, – através do cinema, do teatro, do livro, de conferências e palestras, de artigos e cartazes, – de noções de educação moral e cívica, higiene e defesa da saúde, educação familiar, organização corporativa e de previdência social, segurança no trabalho, pecuária e agricultura, factos dominantes da História Pátria e posição de Portugal e do Império no Mundo.³⁵

O PEP estava vocacionado para duas componentes fundamentais: a administração de conhecimentos de alfabetização e valorização cultural a setores mais ou menos alargados de população que se encontrassem fora do sistema formal de ensino, e a

³³ MEDEIROS, Nuno. *Edição e editores: o mundo do livro em Portugal, 1940-1970*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010, p. 63.

³⁴ Do qual não estava desligada a própria vertente do progresso económico. Veja-se MACEDO, Henrique Veiga de. *A educação popular no progresso económico do país*. Lisboa: PEP, CNEA, 1953.

³⁵ CAMPANHA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS. *O que é o Plano de Educação Popular*. Lisboa: Comp. Nacional Editora, 1953, p. 32.

elaboração de instrumentos através dos quais se poderia fazer essa administração de conhecimentos. Era no âmbito deste último componente que se situava a dimensão editorial, produzindo livros que se constituíssem como elementos documentais de suporte a um dos objetivos essenciais desta iniciativa governamental: a formação, a consolidação e a expansão dos hábitos de leitura, como se percebe na legislação fundadora:

Saber ler de pouco vale se não houver que ler. Ensinar as crianças e os adultos a ler de pouco serve, na verdade, se não se lhes criar o gosto pela leitura e se não se lhes facultarem, através de serviços especializados, livros de recreio, de informação e formação criteriosamente escolhidos.³⁶

Forjava-se, assim, a oportunidade para que o Estado se encarregasse de criar um verdadeiro acervo editorial gizado logo de início para acomodar de modo sistemático uma proporção razoável do fundo bibliográfico de bibliotecas que contivessem entre cinquenta e cem títulos. Concebidas como iniciativa institucionalmente sólida, respaldada em opções assumidas explicitamente por um agente governativo altamente colocado, estas bibliotecas seriam constituídas como fundos bibliográficos-padrão que pudessem ser enviados para qualquer parte do país (sendo então disponibilizadas a uma população específica e enquadrada num programa de formação escolar, promoção cultural e incentivo ao contato com o livro como veículo de saber), concentrando e concertando o Estado central a iniciativa e infundindo-lhe dessa maneira um vigor e uma continuidade maiores. Previa-se ainda a possibilidade de acréscimos bibliográficos a cada biblioteca, por requisição autorizada ou por doação. A rede de bibliotecas alimentada por esta medida era formada por bibliotecas de escolas primárias (a maior parte das unidades), pelas bibliotecas circulantes das missões de dinamização cultural e de pedagogia sanitária da CNEA e pelas bibliotecas rotativas. O montante de cinquenta ou cem livros por biblioteca obrigaria a que se repartisse o fornecimento de volumes entre edição própria do PEP e obras encomendadas e compradas ao sector comercial da edição e livraria através do Serviço de Escolha de Livros para Bibliotecas das Escolas Primárias.

Foi essencialmente nesta segunda parte da equação, a da aquisição ou adjudicação de títulos ao universo editorial, que o modelo terá fraquejado, não conseguindo ser inteiramente bem sucedido no estímulo à edição para este programa, patenteando

³⁶ Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 38968, de 27 de outubro de 1952, *Diário do Governo*, p. 1070.

dificuldades no diálogo com a indústria editorial portuguesa. Além disso, não obstante o PEP pode significar que o Estado Novo finalmente encontrava uma plataforma de configuração editorial de uma biblioteca, com recursos a publicação própria,³⁷ a verdade é que o ritmo das edições veio a revelar-se demasiadamente lento para que o projeto pudesse verdadeiramente ser apropriado pelo regime como a grande via de divulgação e inculcação doutrinária.³⁸ O projeto de Veiga de Macedo acabou apenas por vigorar entre 1952 e 1956. Durante estes efémeros quatro anos, o seu promotor viu todas as tentativas de o estender e prolongar serem recusadas, cedo demonstrando o governo um desinteresse e uma vontade de rápido desinvestimento na educação de adultos, sobretudo no componente da aquisição de instrumentos e capacidades básicas de leitura e escrita. Mais tarde, já como Ministro das Corporações e Previdência Social, Veiga de Macedo – para quem “os problemas da sociedade não são apenas de ordem material ou económica, mas sobretudo de educação das populações”³⁹ – vai lançar a *Biblioteca social e corporativa*, coleção publicada entre 1957 e 1974.

Em todo o caso, é possível afirmar que o Estado Novo na sua relação com o livro só intermitentemente tentou uma intervenção de jaez desenvolvimentista, com a adopção dispersa, tímida e desarticulada de medidas que corporizassem uma política de promoção e de enquadramento, tendo o grosso dos esforços acabado por se concentrar numa abordagem repressiva da produção e circulação livreira e editorial. Se forem excluídos da análise os predicados doutrinários, o que o quadro descrito revela é mais do que a falta de uma visão agregadora e congruente; é a ausência de política cultural para o livro. Um dos quesitos que porventura mais peso tem neste diagnóstico é a inexistência – nunca colmatada até ao fim da ditadura – de um organismo administrativamente autónomo e politicamente investido sob a égide do qual se processassem as propostas e as medidas

³⁷ Para Luís Reis Torgal e Amadeu Carvalho Homem, a “simples enumeração dos temas permite concluir que o Estado salazarista pretendeu expandir a todos os sectores da vida a marca do seu selo e o pensamento do seu chefe”. TORRAL, Luís Reis; HOMEM, Amadeu Carvalho. Ideologia salazarista e “cultura popular” – análise da biblioteca de uma casa do povo. *Análise Social*, Lisboa, v. XVIII, n. 72-73-74, 1982, p. 1441.

³⁸ Quinze anos depois do fim da CNEA, “ainda se publicavam obras do Plano de Educação Popular, o que significa terem sido necessários cerca de dezessete anos para o salazarismo reunir pouco mais de oito dezenas de colaboradores ocasionais e fazer sair um total de 111 obras”. RAMOS DO Ó, op. cit., 1992, p. 421. O período entre 1953 e 1956 correspondeu aos anos de mais profusa produção, com mais de metade dos títulos saídos do prelo. Henrique Veiga de Macedo foi, ele mesmo, autor de mais de uma dezena dos livros publicados pelo PEP.

³⁹ MACEDO, Henrique Veiga de. Editorial. Discurso proferido, no dia 8 de Julho de 1955, por sua excelência o ministro das corporações e previdência social, Dr. Henrique Veiga de Macedo. *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*, Lisboa, INTP, ano XXII, n. 13, 15 de julho, 1955, p. 282.

concretas de apoio ao sector do livro. O SPN/SNI nunca quis nem pôde ocupar esse lugar, reportando a sua ação a uma tutela propagandística que visava todo o universo cultural, não estando, por isso, sequer vocacionado para uma intervenção centrada no livro e na edição. Efetivamente, em todo o percurso da ditadura nunca se criou semelhante entidade,⁴⁰ situação que contrasta com uma multiplicidade de outras experiências nacionais, como a brasileira ou a espanhola, com quem se pode fazer uma comparação em função da proximidade histórica e cultural e da proximidade geográfica. O Brasil cria o seu Instituto Nacional do Livro em 1937⁴¹ e em 1935 aparece em Espanha o Instituto del Libro Español, criado pelo governo republicano, surgindo em 1941, já sob domínio franquista, o regulamento fundacional do Instituto Nacional del Libro Español.⁴²

A ausência em Portugal de um organismo público que prefigurasse algo de aproximado a um instituto do livro notava-se nos meios ligados à cultura escrita e à leitura. Nestes círculos mais especializados, a reivindicação da criação de semelhante organismo foi-se fazendo sentir ao longo do Estado Novo, crescendo em intensidade e multiplicação de vozes o apelo à sua existência, logrando manifestação pública, ainda que em circuitos relativamente fechados ou com pouca expressão – o que não impediu muitas opiniões favoráveis ao lançamento de um instituto do livro em Portugal de encontrarem alguma projeção em periódicos de circulação nacional.

As queixas dirigiam-se essencialmente à apatia política demonstrada pelo regime no apoio ao livro português. Um dos tópicos ilustrativos da passividade governativa contra o qual se insurgiam os comentários e a agenda reivindicativa era o da inexistência de uma política que procurasse estimular o alargamento do mercado externo para as edições portuguesas e facilitar a saída e divulgação do livro para fora de Portugal, nunca se tendo verificado qualquer espécie de apoio ou incentivo à tradução de originais

⁴⁰ O Instituto Português do Livro veio a ser criado apenas em 1980, seis anos depois da instituição do regime democrático em Portugal.

⁴¹ Vejam-se *Instituto Nacional do Livro: 1937-1987. 50 anos de publicações*. Brasília: INL, 1987; e BRAGANÇA, Aníbal. As políticas públicas para o livro e a leitura no Brasil: o Instituto Nacional do Livro (1937-1967). *Matrizes*, São Paulo, ano 2, n. 2, p. 221-246, 2009. Disponível em: <<http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/article/view/97/152>>. Bragança não deixa de referir as realizações e os fracassos das políticas públicas para o livro no Brasil, bem como as continuidades e descontinuidades nos vários programas e projetos para as concretizar.

⁴² Vejam-se MARTÍNEZ MARTÍN, Jesus António (dir.). *Historia de la edición en España (1836-1936)*. Madrid: Marcial Pons, 2001; MARTÍNEZ MARTÍN, Jesús Antonio; MARTÍNEZ RUS, Ana; SÁNCHEZ GARCÍA, Raquel. *Los patronos del libro: las asociaciones corporativas de editores y libreros*. Gijón, Trea, 2004; e BOTREL, Jean-François. *Libros y lectores en la España del siglo XX*. Rennes: Edição do autor, 2008.

portugueses no exterior. Recorde-se que o próprio processo de trocas comerciais entre a metrópole e as colónias (consideradas território nacional) é burocrático e pouco expedito. Para além de padecer de entraves aduaneiros e cambiais, o envio de livros para os territórios africanos, por exemplo, carecia de um Boletim de Registo de Exportação, sendo imprescindível a emissão de um Boletim de Registo de Importação para qualquer ponto de venda nos mesmos territórios que pretendesse encomendar livros aos editores e livreiros portugueses. Estes boletins continham os valores exatos das transações e tinham prazos de validade, tornando pouco flexível o comércio entre o exportador e o importador. Mencionem-se ainda a muito lenta restituição do dinheiro devido aos editores que participaram no festival do livro em Angola (1966) e nas duas feiras do livro na Guiné (1966 e 1968), protelando um justo e necessário pagamento sem que qualquer ato de governo agilizasse o processo de devolução de montantes significativos retidos em entidades oficiais locais. Noutra plano, igualmente gravoso para a expansão comercial do comércio do livro em Portugal, o Estado Novo optou por matizar bastante a abordagem com que praticamente não lidou diplomaticamente tanto com a proibição pelo governo brasileiro de traduções portuguesas (medida protecionista que vigorou oito anos, entre 1948 e 1956), como com o designado caso dos pagamentos “atrasados” relativos ao fornecimento de livros de Portugal para o Brasil, com os créditos dos editores e livreiros portugueses a acumularem-se devido ao congelamento decretado pelo banco central brasileiro para fazer face aos crescentes problemas financeiros e monetários do país.

Pode mesmo afirmar-se que no jogo de suporte e enquadramento para promoção do livro e da leitura a atuação dos poderes públicos se saldou numa extensa falta de comparência. Havia, é certo, o pagamento de algumas despesas de deslocação, o patrocínio de representação em certames bilaterais e internacionais e o apoio à realização anual das feiras do livro de Lisboa e Porto, traduzido essencialmente na autorização à atividade de exposição e na concessão de espaço sob administração municipal. No atinente ao fomento à atividade livreira, a ausência de medidas foi também nota dominante, nem mesmo através de iniciativas como simplificação administrativa e reduções fiscais. Tudo isto foi diagnosticado; tudo isto, com tonalidades diversas, foi criticado, sobretudo por profissionais do universo do livro. Nas páginas de *Livros de Portugal*, o boletim oficial do Grémio Nacional dos Editores e Livreiros é publicado um editorial em abril de 1964 intitulado *Quem pensa em português, lê em português*, nele se

enumerando as dificuldades de expansão da edição portuguesa no mundo e particularmente nas comunidades emigrantes, avançando-se com um conjunto de fatores explicativos dessa realidade que se procurava sistematizar:

Deficiente actividade dos organismos oficiais, no que toca à criação de condições para vasta expansão do livro, quer no país quer no estrangeiro, tendo em vista a ausência de: a) Facilidades especiais no trânsito de livros e catálogos, bem como nas transferências bancárias; b) Propaganda e divulgação quer no país, quer no estrangeiro; c) Subsídios para participações em Exposições e Congressos; d) Subsídios de edição; e) Estudo de países e meios sociológicos de forma a concluir-se da sua sensibilidade a este ou àquele tipo de cultura[.].⁴³

Acusava-se o modelo político para o campo do livro e da edição de não funcionar, de ter sido abandonado ou de simplesmente nunca ter existido. O elemento em falta que mais mobilizava o discurso, para além da perseguição ao livro enquanto veículo do livre pensamento, era a da não criação de um instituto público, concebido como metáfora dos fracassos, das desistências e das ausências do Estado Novo no que concerne à expansão do livro português, ao desenvolvimento da leitura e à dinamização do mercado editorial e livreiro. Múltiplos exemplos poderiam aqui desfilar, formando uma narrativa que nem sempre foi alimentada por elementos da oposição ao Estado Novo, partindo amiúde de agentes claramente identificados com as suas fileiras. Apresentam-se apenas alguns casos, que evidenciam que o transcurso do tempo não temperou nem atenuou a leitura da situação e uma das principais soluções indicadas. Em 1953, Julião Quintinha, um escritor e jornalista ligado à origem da Casa da Imprensa de Lisboa e a ao anarco-sindicalismo e a movimentos operários, pronuncia-se, nas páginas do jornal *República* sobre os problemas da expansão do livro, apresentando sugestões e advogando a criação do Instituto do Livro.⁴⁴ No final da década, mais precisamente em 1958, noutro jornal diário nacional, Nuno Simões, advogado e ex-diretor da revista *Atlântida*, invoca a necessidade

⁴³ *Livros de Portugal*, Lisboa, GNEL, n. 64, abr. 1964, p. 2-3. Luís Borges de Castro, o presidente do Grémio Nacional dos Editores e Livreiros, em entrevistas publicadas nos periódicos *A Tribuna*, de Lourenço Marques (transcrita em *Livros de Portugal*, Lisboa, GNEL, n. 76, abr. 1965, p. 3-6), e *Diário Popular/Suplemento*, Lisboa, 12 ago. 1965, p. 1 e 5, reitera genericamente as ideias formuladas nesse editorial, adicionando a sugestão pelas entidades oficiais de criação de um subsídio à exportação do livro português.

⁴⁴ QUINTINHA, Julião. A expansão do livro português. *República*, Lisboa, 14 dez. 1953, p. 1-2. Quintinha preconiza uma expansão do livro “impulsionada pelo Estado”, p. 2.

da fundação de um “Instituto do Livro em língua portuguesa”.⁴⁵ Em 1967 também Henrique Martins de Carvalho, ex-ministro e deputado do próprio regime, defende a criação de um Instituto Nacional do Livro “como centro de estudo, definição e realização de uma política neste campo”,⁴⁶ aventando realização de Congressos do Livro Português que fossem uma antecâmara de futuros Congressos Mundiais do Livro em Português. Nesse mesmo mês (outubro de 1967), apela-se no *Diário Popular* a uma campanha do livro, “centrada ou não em torno do já sugerido *Instituto Português do Livro*”.⁴⁷ No ano seguinte, Maria de Lourdes Belchior, membro muito respeitado do mundo acadêmico, pugna pela ativação de um Instituto Nacional do Livro e pela proteção do Estado à indústria e ao comércio do livro português.⁴⁸ Em 1972, cerca de dois anos antes da queda da ditadura, é Armando Gonçalves Pereira (ex-deputado e procurador à Câmara Corporativa) quem expõe a necessidade de “criar entre nós um Instituto Nacional do Livro a quem fosse confiada toda a ação coordenadora e orientadora do Estado”,⁴⁹ cabendo-lhe

não só promover a edição de obra de alto valor, mas sem sucesso comercial, como fomentar a leitura e a aquisição do livro no mercado interno e a conquista de mercados externos, pelo auxílio aos editores nacionais, larga difusão do Livro Português nos países de grandes comunidades portuguesas e facilidades para o nosso livro através dos diferentes acordos comerciais e culturais e das medidas fiscais [bem como] a importante tarefa de promover não só a tradução no estrangeiro de bons Autores portugueses mas também a distribuição de bibliotecas seleccionadas portuguesas pelos diversos centros internacionais e estrangeiros de cultura[.].⁵⁰

O apelo à criação de um veículo institucional que fosse o esteio de uma política de apoio e promoção do livro e da edição não encontrou nos governantes do Estado Novo nenhum eco que frutificasse. A postura que o poder autoritário adoptou foi-se tornando mais rígida à medida que o regime ia perdurando. A partir de dado momento, inclusive, o Estado Novo parece desistir definitivamente de produzir – e de encontrar quem

⁴⁵ SIMÕES, Nuno. Problemas da cultura e do livro na área luso-brasileira. *O primeiro de janeiro*, Porto, 27 dez. 1958, p. 1 e 5.

⁴⁶ CARVALHO, Henrique Martins de. Problemas da expansão do livro português. *Rumo*, Lisboa, n. 128, out. 1967, p. 275.

⁴⁷ MARINHO, Carlos. Tempo Português. *Diário Popular*, Lisboa, 10 out. 1967, *Suplemento*, p. 9, itálico no original.

⁴⁸ É urgente a resolução dos problemas do livro português no Brasil e do livro brasileiro em Portugal – sublinha a prof.^a dr.^a Maria de Lourdes Belchior. *Diário de Lisboa*, Lisboa, 8 mar. 1968, p. 23.

⁴⁹ PEREIRA, Armando Gonçalves. *No ano internacional do livro: o problema do livro português*. Lisboa: Ática, 1972, p. 21.

⁵⁰ Idem, p. 21.

produzisse ou materializasse – um *corpus* literário que pudesse ser apresentado ou apropriado como oficial. Na verdade, as diversas tentativas de dinamização avulsas e sem continuidade não escondem o lugar a que desde cedo a ditadura se procurou remeter no âmbito do livro: o de agente opressivo e cerceador da palavra escrita, que

limitou as modalidades de intervenção à rotinização de dispositivos de vigilância repressiva e censória, abandonando progressivamente ao definhamento absoluto as tentativas de produção, promoção, parceria ou assistência à edição, excluído o monopólio da publicação de determinado tipo de manuais formativos, opúsculos propagandísticos e periódicos institucionais.⁵¹

Sentindo esgotada a ofensiva, que nunca terá procurado ou conseguido prosseguir com o carácter sistemático e aprofundado que outros regimes autocráticos atingiram, o Estado Novo passou a optar quase exclusivamente, a partir de dado momento, por interferir na esfera cultural de produção editorial e circulação livreira pela via da repressão. O dinamismo que, apesar de tudo, e à semelhança do campo cultural mais vasto,⁵² o universo do livro ia exibindo, bem como as transformações que foi sofrendo, passaram a ser correspondidos pelas estruturas do regime com a intervenção punitiva ou com a ameaça de sanções persecutórias de natureza supressiva, repressiva e corretiva,⁵³ afunilando as preocupações das políticas públicas numa obsessão de controlo e circunscrição da emergência de racionalidades alternativas às do Estado Novo.

O universo do livro e o poder no Estado Novo: paradoxo autonomia/solicitação e dualidade do Estado

A relação dos livreiros e essencialmente dos editores com o poder no que concerne à política para o livro parece, portanto, operar-se num paradoxo subsumido nos polos da

⁵¹ MEDEIROS, op. cit., 2010, p. 72.

⁵² Veja-se PITA, António Pedro; TRINDADE, Luís (coords.). *Transformações estruturais do campo cultural português: 1900-1950*. Coimbra: Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra, 2009.

⁵³ Sobre o poder de influência e poder de ingerência da ação pública do Estado Novo no plano cultural e da circulação das ideias, vejam-se RAMOS DO Ó, op. cit., 1999; REIS, Carlos. A produção cultural entre a norma e a ruptura. In: REIS, António (dir.). *Portugal contemporâneo* (v. 2). Lisboa: Alfa, 1996, p. 595; AZEVEDO, Cândido de. *Mutiladas e proibidas: para a História da censura literária em Portugal nos tempos do Estado Novo*. s.l. [Lisboa]: Caminho, 1997; e _____. *A censura de Salazar e Marcelo Caetano: imprensa, teatro, cinema, televisão, radiodifusão, livro*. Lisboa: Caminho, 1999.

autonomia e da solicitação. É possível estabelecer uma distinção analítica entre relação da edição com o Estado, enquanto entidade administrativa e institucional à qual corresponderia um papel de interlocução não confundível com o regime, e com o próprio sistema de governo, sujeito de apreciação do real a partir de balizas ideológicas autoritárias e repressivas. Os editores e outros agentes do universo do livro parecem também ter atuado a partir de uma distinção análoga, suscitando modos de subsistência variados, através dos quais se foram estabelecendo relações entre o campo editorial e o(s) poder(es). Longe de optarem por uma lógica assumida de confronto generalizado, método que os conduziria inevitavelmente ao reduto da clandestinidade, muitos editores portugueses recorreram a estratégias de relação não concordante com a matriz política e ideológica do regime, esperando uma resposta não aniquiladora por parte deste. Simultaneamente, vários sectores da edição não deixaram de presumir no Estado um ator com responsabilidades corretivas dos desajustamentos e das falhas que os editores iam detectando no funcionamento do mercado. Fizeram-no, pelo menos, em determinadas circunstâncias.

Neste sentido, a interação entre estruturas administrativas e agentes do campo editorial e livreiro passa, inclusivamente, pela colaboração cativa de um número significativo de editores e livreiros em iniciativas estatais. Tal foi o caso dos livros escolares, cerne da atividade e dos proventos de um número assinalável de editoras e livrarias com atividade editorial, implicando a participação de editores e livreiros nos concursos de adjudicação governamental. Esta participação gerava disputas fortes que frequentemente ocorriam entre editores na competição por um lugar no restrito lote de selecionados para a edição e fornecimento dos livros escolares de cada ano letivo. A colaboração, com elevados níveis de implicação, da esfera editorial e livreira neste ritual anual de iniciativa pública acarretaria, involuntariamente ou não, uma concordância com o esquema público de fornecimento de manuais, assente no livro único, sobretudo para o ensino primário.⁵⁴

Mesmo sem ratificar as premissas e fundamentos do Estado Novo, um número não desprezível de editoras e livrarias seguiu uma linha da neutralidade, conformando a sua atuação à prudência de estilo ou de conteúdo. A opção é claramente estratégica, não

⁵⁴ Veja-se MONTEIRO, Augusto José. “Heróis do lar, nação católica e rural”: os livros únicos do ensino primário no Estado Novo. *Estudos do Século XX*, Coimbra, n. 8, p. 209-231, 2008.

necessariamente consciente. O exemplo acabado é o da tranquilidade relativa do percurso do Grémio Nacional dos Editores e Livreiros (GNEL), o formato associativo de representação coletiva dos agentes do livro durante praticamente toda a vigência do Estado Novo. No decurso de uma génese em que sob a aparência de uma adesão ao sistema corporativo do salazarismo os editores e livreiros solicitaram voluntariamente a constituição de um grémio profissional, foi a atuação deste que se investiu de instrumento catalisador na interação institucional entre os órgãos de poder e o setor da edição e da livraria, dissipando o conflito e outorgando um carácter relativamente pacificado ao relacionamento que tanto o poder administrativo como o regime enquanto aparato ideológico e programático foram estabelecendo com a esfera editorial e livreira.⁵⁵

Evitando posições de crítica aberta ou de hostilização relativamente à matriz autoritária do regime, o GNEL acabou por não representar puramente nenhuma das funções atribuídas às associações enquanto instrumento de ação do coletivo ou para o coletivo. Não foi certamente um veículo ideológico de socialização dos seus agremiados, que sempre souberam distinguir a sua filiação formal no GNEL do seu posicionamento particular enquanto editores e livreiros individuais. Também não foi uma ferramenta posta ao serviço de um poder de arregimentação coerciva, mantendo os sucessivos órgãos diretivos (ocupados primordialmente por figuras assumidamente simpatizantes do Estado Novo ou sem história conhecida de oposição ao salazarismo) um rumo não confundível com as agendas do regime, embora normalmente muito respeitador das mesmas. Não foi sequer um braço formal no qual o coletivo dos editores visse uma faculdade de intervenção associativa perante o Estado nas suas dimensões públicas de administração. Não constituiu, por isso, uma plataforma de negociação formal ou um repositório de interesses e objetivos definidos a partir de um programa e de um alinhamento orgânico reconhecidos. O GNEL parece antes ter desempenhado um papel que, de certa maneira, se revelou crucial para a atividade editorial e livreira que se foi fazendo em Portugal nos anos do Estado Novo: o de filtro relacional, atenuando de forma clara o potencial de antagonismo entre as partes e representando em última análise um dispositivo coletivo através do qual os agentes do livro souberam evitar uma intervenção mais radicalizada e mais punitiva do regime. Não é, então, surpreendente o facto de o Estado Novo não ter

⁵⁵ MEDEIROS, Nuno. Editores e Estado Novo: o lugar do Grémio Nacional dos Editores e Livreiros. *Análise Social*, Lisboa, n. 189, v. XLIII, p. 795-815, 2008.

pautado o seu relacionamento com o órgão federativo dos interesses dos editores e livreiros por comportamentos de ingerência ou interdição. Não que o regime convivesse em sã partilha com o meio editorial; terá antes optado por concentrar os atos repressivos em alvos individuais.

As escolhas de coexistência com o sistema administrativo num quadro autoritário possibilitaram aos editores e livreiros portugueses alcançar através do veículo institucional e de um conjunto de práticas que genericamente não foram confrontacionais (apesar de não ser pequeno o rol de editores e livreiros que com coragem denunciaram através do livro as proibições e os silenciamentos, e afrontaram os atavismos sociais e morais de uma sociedade muito desigual e conservadora, sofrendo uma perseguição política muitas vezes persistente e feroz),⁵⁶ um não antagonismo permanente nas relações com um poder repressivo e censório que acabou por se revelar eficaz para um grande conjunto de proprietários de casas editoras e de livrarias, que se viram com latitude para o exercício da sua atividade. É bem verdade que este poder, cujo carácter repressivo e natureza antidemocrática e frequentemente brutal não podem ser colocados em causa, nunca terá conseguido ou querido edificar e aprofundar uma política consistente do livro. Mas é igualmente verdade que também não singrou pela prática totalitária do aniquilamento sistemático dos agentes que o trabalhavam.

Excluindo as estruturas mecenáticas e proibicionistas, ilustradas para tempos mais recuados no caso português pela existência de elementos institucionais, como a Real Mesa Censória, ou operativos, como o *Index*, que há muito acompanhavam a atividade de impressão e circulação dos impressos, sobretudo os livros, só no século XIX é que se começam a forjar e desenvolver em alguns países medidas de enquadramento público e de apoio do Estado ao livro, à edição e à livraria. Este movimento acompanhou o surto da massificação da leitura e da configuração do Estado moderno.⁵⁷ Desde as primeiras e

⁵⁶ Para uma panorâmica geral da produção e circulação de livros como ato de resistência, em múltiplas ocasiões com elevado custo pessoal e comercial, veja-se MEDEIROS, op. cit., 2010.

⁵⁷ Sobre a massificação da leitura na Europa oitocentista existe um conjunto muito extenso de literatura. A título de exemplo, vejam-se WILLIAMS, Raymond. *Culture and society: 1780-1950*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1983; CAVALLLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (orgs.). *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 1998; e SASSOON, Donald. *The culture of the Europeans. From 1800 to the present*. Londres: HarperCollins, 2006. Sobre a sociogênese do Estado, a bibliografia é igualmente imensa, conjugando frequentemente teoria política e teoria social. Vejam-se, por exemplo, POGGI, Gianfranco. *The development of the modern state: a sociological introduction*. Stanford: Stanford University Press, 1978; ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do Estado e civilização* (v. 2). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993; e MANN, Michael. *The sources of social power* (v. 2), *The rise of classes and nation states, 1760-1914*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

acanhadas tentativas em torno de uma regulamentação reconhecida e vinculativa intra e inter-nações acerca da propriedade intelectual e do combate à contrafação⁵⁸ até às iniciativas em torno do livro escolar, passando pelo reconhecimento do trabalho do escritor como atividade e pela proteção da exclusividade legítima de representação editorial, as tradições de intervenção do Estado no domínio do livro, com repercussões mais ou menos incisivas nos campos editorial e livreiro, vão verdadeiramente medrar no século XX, até atingirem patamares de coerência ideológica, concretização jurídica e sistematização programática que as projetam para o campo de políticas públicas centrais e grandemente responsáveis pela fabricação de modernidade, seja em moldes de consecução democrática, seja em experiências ditatoriais e centralistas que colocaram o livro no cerne das suas fórmulas superestruturais.⁵⁹

Bebendo na tímida tradição oitocentista, é no decurso do século XX que os poderes públicos se munem de uma arquitetura de medidas, meios e vontades de intervenção governativa no universo do livro, refinando modalidades e assumindo um cortejo de medidas políticas de promoção da cultura impressa, designadamente da cultura livresca, e da leitura, procurando preservar património imaterial, defender princípios de desenvolvimento e corrigir desequilíbrios de mercado face a sectores, géneros, temas e autores considerados essenciais no quadro de uma política cultural de índole nacional ou local. A interposição governativa na esfera do livro e da edição, tomados frequentemente como subsectores naturais e fundadores da arena cultural, apresenta, no entanto, uma diversidade nacional muito marcada, apresentando experiências muito diferentes, por exemplo, quanto à criação de condições que favoreçam o mecenato editorial, quanto aos sistemas de regulamentação da concorrência ou quanto aos esquemas de subvenção direta e indireta à produção e divulgação do livro; seja por via de operações editoriais próprias ou de subsídio de traduções no estrangeiro, seja por via fiscal ou de redução de preços de certas matérias-primas e transportes, seja ainda por via de apoios diretos à representação em certames internacionais.

⁵⁸ Veja-se CHARTIER, Roger; MARTIN, Henri-Jean (dirs.). *Histoire de l'édition française* (v. 3), *Le temps des éditeurs: du romantisme à la belle époque*. Paris: Promodis e Fayard, 1990.

⁵⁹ Avulta no caso dos regimes neodemocráticos a experiência soviética e dos países do antigo bloco de leste, amplamente baseadas num claro suporte ao livro e à sua circulação, embora em contexto de forte supressão da liberdade de expressão, produção e venda. Vejam-se, por exemplo, GOROKHOFF, Boris. *Publishing in the USSR*. Bloomington, Ind.: Indiana University, 1959; e WALKER, Gregory. *Soviet book publishing policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

Durante o desenvolvimento coevo de doutrina e lançamento de medidas públicas no domínio do enquadramento do livro pelo Estado novecentista, no qual se encetam e consolidam experiências e tradições de políticas diretamente vocacionadas para o apoio à autoria, à edição e à circulação livreira,⁶⁰ ou de fomento indireto mas de forte impacto no setor,⁶¹ o regime do Estado Novo em Portugal acabou por desistir, sem nunca ter verdadeiramente tentado, de concretizar uma verdadeira política do livro, entendida aqui como um feixe sistemático, pensado e consistente de modos de intervenção circuitos de produção e difusão de um sector cultural muito particular. No período da ditadura em Portugal a que por economia de designação se nomeou de Estado Novo, o que subsiste até ao fim é uma marcada desconfiança mútua entre o governo e o universo do livro, dando sequência à ligação tensional e tantas vezes crispada entre as estruturas intelectuais e culturais e as estruturas de poder, caracterizada por uma forte interdependência traduzida na reciprocidade de legitimação, censura e contra dominação.⁶² Esta evidente desconfiança não terá sido um fator menor na explicação dos impedimentos verificados na apropriação política do livro como coisa pública e como instrumento capaz de promover desenvolvimento e propagar ideias essenciais ao Estado, ao mesmo tempo merecedor de mecanismos corretivos da sua inserção mercantil. No decurso de um trajeto pautado pela inconstância, hesitação e finalmente ausência, o poder ditatorial desistiu de fomentar uma literatura oficial sob a sua égide e que lhe fosse obviamente favorável,⁶³ preferindo concentrar-se a partir de certo ponto na vigilância e no controlo punitivo das

⁶⁰ Vejam-se ORY, Pascal. Le rôle de l'État: les politiques du livre. In: CHARTIER, Roger; MARTIN, Henri-Jean (dirs.). *Histoire de l'édition française* (v. 4), *Le livre concurrent: 1900-1950*. Paris: Promodis e Fayard, 1991; e SUREL, Yves. L'État et l'édition. In: FOUCHÉ, Pascal (dir.). *L'édition française depuis 1945*. Paris: Éditions du Cercle de la Librairie, 1998.

⁶¹ A promulgação de medidas cativas de apoio aos veteranos da II Guerra Mundial nos Estados Unidos, sobretudo as que se referiam ao incentivo à educação e ao regresso a um percurso de formação, vertidas em aparato legislativo como a famosa GI Bill, produziu alterações profundas na indústria editorial norte-americana. Sobre este assunto, veja-se, por exemplo, LUEY, Beth. The organization of the book industry. In: NORD, David; RUBIN, Joan; SCHUDSON, Michael (coords.). *The enduring book: print culture in postwar America* (v. 5). In: HALL, David (dir.). *A History of the book in America*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2009.

⁶² Vejam-se a este propósito, DARNTON, Robert. *Boemia literária e revolução: o submundo das letras no Antigo Regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; CHARTIER, Roger; MARTIN, Henri-Jean (dirs.). *Histoire de l'édition française* (v. 2), *Le livre triomphant: 1660-1830*. Paris: Promodis e Fayard, 1990; MOLLIER, Jean-Yves. *Édition, presse et pouvoir en France au XXe Siècle*. s.l. [Paris]: Fayard, 2008; EISENSTEIN, Elizabeth. *Divine art, infernal machine. The reception of printing in the West from first impressions to the sense of an ending*. Filadélfia e Oxford: University of Pennsylvania Press, 2011; e DEAECTO, Marisa Midori; MOLLIER, Jean-Yves (orgs.). *Edição e revolução. Leituras comunistas no Brasil e na França*. Cotia / Belo Horizonte: Ateliê Editorial e Ed.UFMG, 2013.

⁶³ Veja-se TORGAL, Luís Reis. "Literatura oficial" no Estado Novo. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, v. 20, p. 401-420, 1999.

possibilidades sediciosas, vanguardistas ou críticas veiculadas pelo livro. “Participante no universo da edição [e da livraria] segundo uma lógica dual, o Estado [foi], a um tempo, ator e espectador na arena onde se joga o destino do livro”.⁶⁴ No decurso do período ditatorial durante quase meio século, os poderes públicos prosseguiram uma via de atuação direta de cariz punitivo e opressivo no circuito de produção e circulação, ao mesmo tempo que abdicavam de um papel interveniente no âmbito do mercado do livro e da promoção persistente de práticas regulares de leitura e de acesso ao livro.

Num país com as dificuldades estruturais de Portugal no âmbito da indústria e do mercado do livro, e com o atraso igualmente estrutural no quadro da literacia e dos hábitos de leitura, não é surpreendente que o salazarismo não tivesse conseguido nem desejado integrar o livro numa visão política cuja finalidade fosse a da sua promoção e fomento da sua circulação. Os factos insofismáveis de uma ideologia ruralista, conservadora e capaz de conviver sem vacilar com uma população que pretendia manter pobre e sem instrução para além do mínimo, aliados à supressão de liberdade, à intolerância com pluralidade de pensamento e à perseguição à difusão de ferramentas intelectuais que animassem um espírito crítico encarregaram-se de dar a estocada definitiva em eventuais aspirações a uma política de desenvolvimento do livro.

Referências

Actividade editorial do Estado: catálogo da exposição. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1969.

ALVES, Vera Marques. “A Poesia dos Simples”: arte popular e nação no Estado Novo. *Etnográfica*, Lisboa, v. 11, n. 1, p. 63-89, 2007.

_____. O povo do Estado Novo. In: NEVES, José (coord.). *Como se faz um povo*. Lisboa: Tinta-da-china, 2010.

As bibliotecas das casas do povo e os seus recheios bibliográficos. *Mensário das Casas do Povo*, Lisboa, JCCP, n. 102, 1954.

AZEVEDO, Cândido de. *Mutiladas e proibidas*: para a História da censura literária em Portugal nos tempos do Estado Novo. s.l. [Lisboa]: Caminho, 1997.

⁶⁴ MEDEIROS, op. cit., 2010, p. 88. Yves Surel recorre à dicotomia terminológica do ator e do espectador para analisar as ambiguidades do posicionamento dos poderes públicos face ao livro, embora no contexto particular da tradição francesa de ação do Estado no apoio a – e enquadramento de – um objeto cultural de elevada especificidade. SUREL, Yves. L’État, acteur ou spectateur? In: MOLLIER, Jean-Yves (dir.). *Où va le livre?* Paris: La Dispute, 2000.

_____. *A censura de Salazar e Marcelo Caetano*: imprensa, teatro, cinema, televisão, radiodifusão, livro. Lisboa: Caminho, 1999.

BALÇA, Ângela. Virgínia de Castro e Almeida e a colecção “Grandes Portugueses”: os livros para crianças como instrumentos doutrinários. *LIBEC Line – Revista em Literacia e Bem-Estar da Criança*, Braga, n. 2, p. 1-10, 2007. Disponível em: <<http://www.cerimonias.net/libecline/n2/1GrandesPort.pdf>>.

Bibliotecas itinerantes! Um facho vivo de luz, percorrendo as estradas de Portugal. *Boletim Informativo*, Lisboa: Serviço de Bibliotecas Itinerantes da Fundação Calouste Gulbenkian, n. 2, p. 54-56, 1961.

BIDOLLI, Pia. La storia dell’editoria nella documentazione dell’Archivio centrale dello Stato. In: TORTORELLI, Gianfranco (org.). *Fonti e studi di Storia dell’editoria*. s.l. [Bolonha]: Edizioni Baiesi, s.d. [1995].

BOTREL, Jean-François. *Libros y lectores en la España del siglo XX*. Rennes: Edição do autor, 2008.

BRAGANÇA, Aníbal. As políticas públicas para o livro e a leitura no Brasil: o Instituto Nacional do Livro (1937-1967). *Matrizes*, São Paulo, ano 2, n. 2, p. 221-246, 2009. Disponível em: <<http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/article/view/97/152>>.

CAMPANHA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS. *O que é o Plano de Educação Popular*. Lisboa: Comp. Nacional Editora, 1953.

CANDEIAS, António. Processos de construção da alfabetização e da escolaridade: o caso português. In: STOER, Stephen; CORTESÃO, Luiza; CORREIA, José (orgs.). *Transnacionalização da educação: da crise da educação à “educação” da crise*. Porto: Afrontamento, 2001.

CARVALHO, Alberto Arons de. *A censura e as leis de imprensa*. Lisboa: Seara Nova, 1973.

CARVALHO, Henrique Martins de. Problemas da expansão do livro português. *Rumo*, Lisboa, n. 128, out. 1967.

CASTELO-BRANCO, Salwa El-Shawan; BRANCO, Jorge Freitas (orgs.). *Vozes do povo: a folclorização em Portugal*. Oeiras: Celta, 2003.

CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (orgs.). *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 1998.

CHARTIER, Roger; MARTIN, Henri-Jean (dirs.). *Histoire de l’édition française* (v. 2), *Le livre triomphant: 1660-1830*. Paris: Promodis e Fayard, 1990.

_____. (dirs.). *Histoire de l’édition française* (v. 3), *Le temps des éditeurs: du romantisme à la belle époque*. Paris: Promodis e Fayard, 1990.

CURTO, Diogo Ramada. Notas para uma sociologia da cultura, do livro e dos editores. In: MEDEIROS, Nuno. *Edição e editores: o mundo do livro em Portugal, 1940-1970*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010.

DARNTON, Robert. *Boemia literária e revolução: o submundo das letras no Antigo Regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DEAECTO, Marisa Midori; MOLLIER, Jean-Yves (orgs.). *Edição e revolução. Leituras comunistas no Brasil e na França*. Cotia / Belo Horizonte: Ateliê Editorial e Ed.UFMG, 2013.

Diário Popular/Suplemento, Lisboa, 12 ago. 1965.

É urgente a resolução dos problemas do livro português no Brasil e do livro brasileiro em Portugal – sublinha a prof.^a dr.^a Maria de Lourdes Belchior. *Diário de Lisboa*, Lisboa, 8 mar. 1968.

EISENSTEIN, Elizabeth. *Divine art, infernal machine. The reception of printing in the West from first impressions to the sense of an ending*. Filadélfia e Oxford: University of Pennsylvania Press, 2011.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do Estado e civilização* (v. 2). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

FERNANDES, António Júlio de Castro. Despacho. *Mensário das Casas do Povo*, Lisboa, JCCP, n. 1, 1946.

FERRO, António. *A Política do espírito e os prémios literários do S.P.N.* Discurso pronunciado em 21.02.1935. Lisboa: SPN, 1935.

_____. *Dez anos de Política do espírito, 1933-1943*. Lisboa: SPN, 1943.

_____. *Política do espírito: apontamentos para uma exposição*. Lisboa: SNI, 1948.

FERRO, António. *Prémios literários (1934-1947)*. Lisboa: SNI, 1950.

GOROKHOFF, Boris. *Publishing in the USSR*. Bloomington, Ind.: Indiana University, 1959.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. 3.ed. São Paulo: Ed.USP, 2012.

Instituto Nacional do Livro: 1937-1987. 50 anos de publicações. Brasília: INL, 1987.

JUNTA CENTRAL DAS CASAS DO POVO. *Normas gerais de organização das Bibliotecas das Casas do Povo*. Lisboa: JCCP, 1947.

KIEFER, Alexander. Government control of publishing in Germany. *Political Science Quarterly*, Nova Iorque, v. 57, n. 1, p. 72-97, mar. 1942.

Livros de Portugal, Lisboa, GNEL, n. 64, abr. 1964.

_____. n. 76, abr. 1965.

LUCENA, Manuel de. *A evolução do sistema corporativo português* (v. I), *O Salazarismo*.

_____ (v. II), *O Marcelismo*. Lisboa: Perspectivas e Realidades, 1976.

LUEY, Beth. The organization of the book industry. In: NORD, David; RUBIN, Joan; SCHUDSON, Michael (coords.). *The enduring book: print culture in postwar America* (v. 5). In: HALL, David (dir.). *A History of the book in America*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2009.

MACEDO, Henrique Veiga de. *A educação popular no progresso económico do país*. Lisboa: PEP, CNEA, 1953.

MACEDO, Henrique Veiga de. Editorial. Discurso proferido, no dia 8 de Julho de 1955, por sua excelência o ministro das corporações e previdência social, Dr. Henrique Veiga de Macedo. *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*, Lisboa, INTP, ano XXII, n. 13, 15 de julho, 1955.

MANN, Michael. *The sources of social power* (v. 2), *The rise of classes and nation states, 1760-1914*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

MARINHO, Carlos. Tempo Português. *Diário Popular*, Lisboa, 10 out. 1967, *Suplemento*.

MARTÍNEZ MARTÍN, Jesus António (dir.). *Historia de la edición en España (1836-1936)*. Madrid: Marcial Pons, 2001.

_____; MARTÍNEZ RUS, Ana; SÁNCHEZ GARCÍA, Raquel. *Los patronos del libro: las asociaciones corporativas de editores y librerías*. Gijón, Trea, 2004.

MEDEIROS, Nuno. Editores e Estado Novo: o lugar do Grémio Nacional dos Editores e Livreiros. *Análise Social*, Lisboa, n. 189, v. XLIII, p. 795-815, 2008.

_____. Edição de livros e Estado Novo: apostolado cultural, autonomia e autoritarismo. In: DOMINGOS Nuno; PEREIRA, Victor (dirs.). *O Estado Novo em questão*. Lisboa: Edições 70, 2010.

_____. *Edição e editores: o mundo do livro em Portugal, 1940-1970*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010.

_____. Influência e contrainfluência na inversão do poder tipográfico entre Portugal e o Brasil. Narrativa e atividade nos editores portugueses. *História (São Paulo)*, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 179-195, 2011.

MELO, Daniel. *Salazarismo e cultura popular (1933-1958)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2001.

_____. *A leitura pública no Portugal contemporâneo (1926-1987)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2004.

MOLLIER, Jean-Yves. *Édition, presse et pouvoir en France au XXe Siècle*. s.l. [Paris]: Fayard, 2008.

MÓNICA, Maria Filomena. *Educação e sociedade no Portugal de Salazar: a escola primária salazarista, 1926-1939*. Lisboa: Presença, 1978.

MONTEIRO, Augusto José. “Heróis do lar, nação católica e rural”: os livros únicos do ensino primário no Estado Novo. *Estudos do Século XX*, Coimbra, n. 8, p. 209-231, 2008.

No Porto foi inaugurada a delegação do S.N.I. *Diário de Notícias*, Lisboa, 2 de março, 1945.

NÓVOA, António. A “Educação Nacional”. In: ROSAS, Fernando (coord.). *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)* (v. XII). In: SERRÃO, Joel; MARQUES, António Henrique de Oliveira (dirs.). *Nova História de Portugal*. Lisboa: Presença, 1992.

O Estado Novo, das origens ao fim da autarcia, 1929-1959 (v. 1 e 2). Lisboa: Fragmentos, 1987.

ORY, Pascal. Le rôle de l’État: les politiques du livre. In: CHARTIER, Roger; MARTIN, Henri-Jean (dirs.). *Histoire de l’édition française* (v. 4), *Le livre concurrencé: 1900-1950*. Paris: Promodis e Fayard, 1991.

PAULO, Heloísa. *Estado Novo e propaganda em Portugal e no Brasil*. O SPN/SNI e o DIP. Minerva: Coimbra, 1994.

PEREIRA, Armando Gonçalves. *No ano internacional do livro: o problema do livro português*. Lisboa: Ática, 1972.

PINTO, António Costa. *Salazar’s dictatorship and European fascism: problems of interpretation*. Boulder: Social Science Monographs, 1995.

_____. Secretariado da Propaganda Nacional/Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo (SPN/SNI). In: BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (coord.). *Dicionário de história de Portugal* (v. IX). Lisboa e Porto: Figueirinhas, 2000.

PITA, António Pedro; TRINDADE, Luís (coords.). *Transformações estruturais do campo cultural português: 1900-1950*. Coimbra: Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra, 2009.

POGGI, Gianfranco. *The development of the modern state: a sociological introduction*. Stanford: Stanford University Press, 1978.

Preâmbulo do Decreto-Lei n. 23054, de 25 de setembro de 1933, *Diário do Governo*.

_____. 38968, de 27 de outubro de 1952, *Diário do Governo*.

QUINTINHA, Julião. A expansão do livro português. *República*, Lisboa, 14 dez. 1953.

RAMOS DO Ó, Jorge. Salazarismo e cultura. In: ROSAS, Fernando (coord.). *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)* (v. XII). In: SERRÃO, Joel; MARQUES, António Henrique de Oliveira (dirs.). *Nova História de Portugal*. Lisboa: Presença, 1992.

_____. *Os anos de Ferro: o dispositivo cultural durante a “Política do Espírito”, 1933-1949*. Lisboa: Estampa, 1999.

RAMOS, Rui. “O chamado problema do analfabetismo”: as políticas de escolarização e a persistência do analfabetismo em Portugal (séculos XIX e XX). *Ler História*, Lisboa, n. 35, p. 45-70, 1998.

REIS, Carlos. A produção cultural entre a norma e a ruptura. In: REIS, António (dir.). *Portugal contemporâneo* (v. 2). Lisboa: Alfa, 1996.

RENDEIRO, Margarida. *The literary institution in Portugal since the thirties: an analysis under special consideration of the publishing market*. Berna: Peter Lang, 2010.

RIBEIRO, António Manuel. Ficção histórica infanto-juvenil no Estado Novo. Coleção “Pátria” de Virgínia de Castro e Almeida (1936-1946). *Revista de História das Ideias*, Coimbra, v. 16, p. 161-192, 1994.

ROSAS, Fernando (coord.). *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)* (v. XII). In: SERRÃO, Joel; MARQUES, António Henrique de Oliveira (dirs.). *Nova História de Portugal*. Lisboa: Presença, 1992.

_____. (coord.). *O Estado Novo* (v. 7). In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1994; _____. O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. *Análise Social*, Lisboa, v. XXXV, n. 157, p. 1031-1054, 2001.

SANTOS, Tiago. As bibliotecas itinerantes da Fundação Calouste Gulbenkian. In: CURTO, Diogo Ramada (dir.). *Estudos de sociologia da leitura em Portugal no século XX*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.

SASSOON, Donald. *The culture of the Europeans*. From 1800 to the present. Londres: HarperCollins, 2006.

SECRETARIADO NACIONAL DA INFORMAÇÃO, CULTURA POPULAR E TURISMO, *Catálogo geral das Edições SNI, 1933-1948*. Lisboa: SNI, 1948.

_____. *Trinta e dois anos de Política do espírito: exposição dos prémios do SNI*. Literatura, artes plásticas, música, teatro, cinema (1934-1966). Lisboa: SNI, 1966.

SILVA, Francisco Ribeiro da. História da alfabetização em Portugal. In: BERRIO, Ruiz; NÓVOA, António (orgs.). *A História da educação em Espanha e Portugal*. s.l.: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 1993.

SIMÕES, Nuno. Problemas da cultura e do livro na área luso-brasileira. *O primeiro de janeiro*, Porto, 27 dez. 1958.

SUREL, Yves. L'État et l'édition. In: FOUICHE, Pascal (dir.). *L'édition française depuis 1945*. Paris: Éditions du Cercle de la Librairie, 1998.

SUREL, Yves. L'État, acteur ou spectateur? In: MOLLIER, Jean-Yves (dir.). *Où va le livre?* Paris: La Dispute, 2000.

TORGAL, Luís Reis. "Literatura oficial" no Estado Novo. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, v. 20, p. 401-420, 1999.

_____. *Estados novos, Estado Novo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

_____; HOMEM, Amadeu Carvalho. Ideologia salazarista e "cultura popular" – análise da biblioteca de uma casa do povo. *Análise Social*, Lisboa, v. XVIII, n. 72-73-74, 1982.

DOMINGOS Nuno; PEREIRA, Victor (dirs.). *O Estado Novo em questão*. Lisboa: Edições 70, 2010.

TRINDADE, Luís. *O estranho caso do nacionalismo português: o salazarismo entre a literatura e a política*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008.

WALKER, Gregory. *Soviet book publishing policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

WILLIAMS, Raymond. *Culture and society: 1780-1950*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1983.

Recebido em: 09/01/2015

Aprovado em: 21/03/2015